

Ano	2023
Tp. Período	Anual
Curso	ADMINISTRACAO PUBLICA - EAD (ED010-TA)
Disciplina	D0412 - LICITACAO, CONTRATOS E CONVENIOS
Turma	ED-TA

Carga Horária: 60

PLANO DE ENSINO

EMENTA

Licitação: aspectos gerais, princípios constitucionais, dispensa e inexigibilidade. O processo de licitação: modalidades, fases, revogação e invalidação, controle. Registro de Preços. Regime Diferenciado de Contratação. Uso do poder de compra e a sustentabilidade nas licitações. Gestão de Contratos. Modalidades de contratos administrativos. Terceirização. Convênios e Arranjos de Parceria. Chamamento Público e o Estatuto do Terceiro Setor.

I. Objetivos

Ao final desta disciplina, o acadêmico deverá ser capaz de compreender o contexto social e as normas jurídicas que delimitam as contratações públicas de obras, serviços e de compras de materiais pela administração pública brasileira. Assim como, conhecer as normas constitucionais que direcionam a ação da administração pública enquanto contratante/contratada de serviços, obras ou compras de materiais, sabendo distinguir as hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação pública, além de entender a formalização dos contratos administrativos e compreender os convênios administrativos enquanto modalidade licitatória

II. Programa

1. LICITAÇÃO

- Previsão constitucional;
- Conceitos de licitação;
- Hipóteses que possibilitam a contratação direta da administração pública;
- As modalidades de licitação previstas em Lei;
- As fases da licitação;
- Ineficácia nas licitações.

2. CONTRATOS

- Contrato Administrativo, Prazo, Equilíbrio Econômico-Financeiro;
- Formalização do Contrato, Alteração de Contrato;
- Execução, Inexecução e Rescisão: Responsabilidades, Mutabilidade, Teoria da Imprevisão, Crimes e Penas, Instrumentos de Gestão;
- Modalidades de Contrato, Parceria Público-Privada, Contrato de Concessão, Contrato de Gestão.

3. CONVÊNIOS

- Conceito
- Marco Legal
- Formalização dos Convênios

III. Metodologia de Ensino

Tecnologias utilizadas: Plataforma Moodle, Plataforma de vídeo StreamYard e YouTube.

IV. Formas de Avaliação

Avaliação de atividade através de Fóruns, atividades de pesquisa, envio de arquivos e prova final

V. Bibliografia

Básica

BARCELLOS, Bruno Maldonado; MATTOS, João Guterres de. Licitações e contratos /. – Porto Alegre: SAGAH, 2017.

BORDALO, Rodrigues, Rodrigo. Nova Lei de licitações e contratos administrativos: principais mudanças / Rodrigo Bordalo Rodrigues. - São Paulo : Saraiva Educação, 2021.

CANTO, Capagio, Álvaro do. Nova Lei de licitações e contratos administrativos: Lei n. 14.133/2021 / Álvaro do Canto Capagio, Reinaldo Couto. São Paulo : Saraiva Educação, 2021.

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000 - Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em 20 de julho de 2023.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em 23 de julho de 2023.

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666cons.htm. Acesso em 29 de julho de 2023.

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível

Ano	2023
Tp. Período	Anual
Curso	ADMINISTRACAO PUBLICA - EAD (ED010-TA)
Disciplina	D0412 - LICITACAO, CONTRATOS E CONVENIOS
Turma	ED-TA

Carga Horária: 60

PLANO DE ENSINO

em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm. Acesso em 17 de julho de 2023.
LEI Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002 - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10520.htm. Acesso em 27 de julho de 2023.
LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 - Estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/nllc>. Acesso em 30 de julho de 2023.
Neto, Kunibert Kolb. Licitações, contratação direta e contratos administrativos na Lei 14.133/2021. In: 9º Fórum de Licitações, Contratação Direta e Contratos Administrativos na Lei 14.133. Curitiba, 2023.
NOVA LEI DE LICITAÇÕES (Lei n. 14.133, de 1.º-4-2021) e Lei de Licitações (Lei n. 8.666, de 21-6-1993) obra coletiva da Saraiva Educação com a colaboração de Livia Céspedes e Fabiana Dias da Rocha. - São Paulo : Saraiva Educação, 2021.
REZENDE, Oliveira Rafael Carvalho. Licitações e contratos administrativos: teoria e prática / Rafael Carvalho Rezende Oliveira. – 12. ed.– Rio de Janeiro: Forense, 2023
SANTOS, Murillo Giordan. Licitações e contratações públicas sustentáveis. São Paulo, Ed. Fórum, 2015.
ZAFFARI, Eduardo [et al.] Licitações e contratos [recurso eletrônico] /; revisão técnica: Kélvia Faria Ferreira. – Porto Alegre: SAGAH, 2021.

Complementar

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Obras públicas: recomendações básicas para contratação e fiscalização de obras públicas. Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União, 2002.
FURTADO, Lucas Rocha. Curso de Licitações e Contratos Administrativos. São Paulo, Ed.Fórum, 2015.
MEIRELLES, Hely Lopes; AZEVEDO, Eurico de Andrade; MONTEIRO, Vera. Licitação e contrato administrativo: (de acordo com a Lei 8.666, de 21.6.1993, com as alterações posteriores. 15. ed. atual. por Eurico de Andrade Azevedo e V. São Paulo: Malheiros, 2010.
OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Licitações e contratos administrativos: Teoria e Prática. São Paulo: Ed. Grupo Gen, 2015.
PRADO, Leandro Cadenas. Licitações e Contratos: A lei 8.666/1993 simplificada. São Paulo, Impetus, 2015.

APROVAÇÃO

Inspetoria: Coordenação Administração Pública - EAD
Tp. Documento: Ata Departamental
Documento: 4
Data: 10/05/2023